



PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS
CEP 38490-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS



PROJETO DE LEI N.º 183 /2004.

Autoriza o Poder Executivo a promover a concessão de direito real de uso às pessoas indicadas, dos bens imóveis que menciona, com dispensa de licitação em face do interesse público econômico do Município e dá outras providências.

Câmara Municipal de Indianópolis, Estado de Minas Gerais, aprova e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a conceder direito real de uso, com dispensa de licitação em face do interesse público econômico do Município, dos imóveis que descreve às pessoas que especifica, a saber:

I – à Ambiental Indústria e Comércio de Madeiras Ltda., situada na Rodovia BR 365, KM 583,2, inscrita no CNPJ sob o n 05.641.534/0001-10, o imóvel assim descrito:

“LOTE 01, com área de 32.253,59m², tem início em um ponto na intersecção da testada para a faixa da BR 365 com o lado direito; daí, segue 124,10m, confrontando com terras de Toyoso Nomura, até a intersecção com os fundos, fazendo com este lado um ângulo interno de 90° (noventa graus); daí, segue 259,90 metros à direita, confrontando com terras de Toyoso Nomura até a intersecção com o lado esquerdo, fazendo com este um ângulo interno de 90° (noventa graus); daí, segue 124,10m, à direita, confrontando com o lote 2, até a intersecção com a testada para a faixa da BR 365, fazendo com esta um ângulo interno de 90° (noventa graus); daí, segue 259,90m à direita por esta testada até o ponto inicial”, e que é objeto da matrícula n. 38.689 de 1º de junho de 2004 e que foi incorporada à Zona de Expansão Urbana pela Lei Municipal n. 1.397, de 10 de novembro de 2003.

II – à Aliança Agro Florestal Ltda., situada na Rodovia BR 365, KM 583,1, Setor Industrial do Município, inscrita no CNPJ sob o n. 05.847.172/0001-19 o imóvel assim descrito:

“LOTE 02, com área total de 16.145,41m² (dezesseis mil, cento e quarenta e cinco metros e quarenta e um centímetros quadrados): Tem início em um ponto na intersecção da testada para a faixa da BR 365 com o lado direito; daí, segue 124,10m, confrontando com o Lote n. 1, até a intersecção com os fundos, fazendo com este lado um ângulo interno de 90° (noventa graus); daí, segue 130,10m à direita, confrontando com terras de Toyoso Nomura até a intersecção com o lado esquerdo, fazendo com este um ângulo interno de 90° (noventa graus); daí, segue 124,10m à direita, confrontando com terras de Toyoso Nomura até a intersecção com a testada para a faixa da BR 365, fazendo com esta um ângulo interno de 90° (noventa graus); daí, segue 124,10m à direita por esta testada até o ponto inicial”, e que é objeto da Matrícula n. 38.689, de 1º de junho de 2004 e que foi incorporada à Zona de Expansão Urbana pela Lei Municipal n. 1.397, de 10 de novembro de 2003.



PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS
CEP 38490-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS



Art. 2º. A área descrita no inciso I destina-se à implantação, pela concessionária, de uma serraria e indústria de beneficiamento de madeiras, e a área descrita no inciso II destina-se à implantação, pela concessionária de uma serraria e indústria de desdobramento de madeira.

Art. 3º. Nos contratos de concessões serão estabelecidos os prazos de três anos para a completa e total implantação do projeto industrial, sob pena de rescisão das concessões, independentemente de qualquer tipo de indenização às concessionárias e reversão dos bens ao patrimônio do Município com incorporação ao seu patrimônio das edificações feitas pelas concessionárias.

Art. 4º. O prazo de concessão do direito real de uso será de dez anos, a contar a assinatura dos contratos, dos quais constarão os direitos e as responsabilidades das partes, as penalidades cabíveis e os valores das multas, quando for o caso.

Parágrafo único. São causas extintivas dos contratos de concessões do direito real de uso:

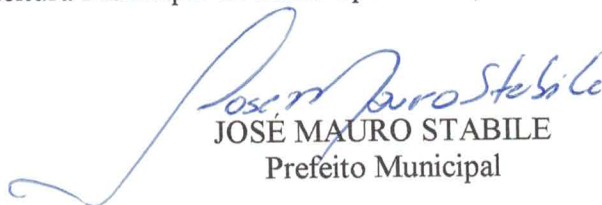
- I – a interrupção da atividade da empresa por prazo superior a seis meses, sem motivo que a justifique, segundo o interesse público;
- II – a alteração da atividade comercial e industrial que motivou a concessão;
- III – a cessão da área concedida a terceiros, sem a prévia concordância do Município, autorizada mediante lei específica.

Art. 5º. Fica assegurado ao Município, em face dos contratos de concessões:

- I – modificá-los, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos do contratado;
- II – fiscalizar-lhe a execução;

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Indianópolis-MG, 16 de dezembro de 2004.


JOSÉ MAURO STABILE
Prefeito Municipal

Aprovado em 27/12/04
por unanimidade das presentes

Presidente da Câmara



PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS
CEP 38490-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS



MENSAGEM N.º 24, DE 2004.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal,
Senhores vereadores,

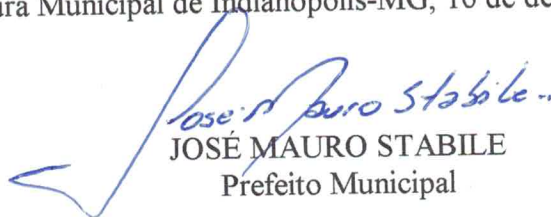
Tenho a honra de encaminhar para apreciação e deliberação de Vossas Excelências, em regime de urgência, urgentíssima, o Projeto de Lei que autoriza a concessão de direito real de uso de imóveis do Município integrantes de seu Setor Industrial a duas empresas com atividade industrial da madeira.

Sem dúvida, trata-se de projetos de grande interesse econômico para o Município, seja pela geração de empregos, seja pela geração de rendas para o Município, sobretudo, porque serão instrumentos de melhoria de nossa participação do ICMS do Estado através do VAF, além de outros tributos indiretos para o Município.

O momento para o desenvolvimento é o presente. Urge agir com o olhar no presente e no futuro, buscando atrair investimentos que possam contribuir, eficazmente, para o nosso desenvolvimento econômico.

Por tudo isso, esperamos contar com o apreço de Vossas Excelências, na aprovação deste projeto de lei, indispensável para o crescimento econômico de Indianópolis.

Prefeitura Municipal de Indianópolis-MG, 16 de dezembro de 2004.


JOSE MAURO STABILE
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL INDIANÓPOLIS - MG

Protocolo Nº 165/2004

 21/12/2004

Responsável Protocolo

Laudo de avaliação

A pedido do Prefeito Municipal, a Comissão Municipal de Valores, constituída pelo decreto nº 1.630 avaliou terreno integrante da presente Matrícula AV-6-38.689, que situa-se na zona de expansão urbana, no núcleo Industrial de Indianópolis-MG à margem direita da Rodovia BR 365, sentido Indianópolis-Uberlândia, o dito imóvel foi desmembrado em dois lotes distintos designados por **Lote 01** – com área de 32.253,59m² e **Lote 02**- com área de 16.145,41m².

Avaliação : **Lote 01** **R\$ 12.680,00 (doze mil seiscentos e oitenta reais)**

Lote 02 **R\$ 25.320,00 (vinte e cinco mil trezentos e vinte reais)**

Valor total da área: **R\$ 38.000,00 (trinta e oito mil reais)**

Indianópolis, 15 de dezembro de 2004

Membros da comissão


Fernanda Raquel Borges


José Luiz Jacó


Jovelino Fernandes de Resende


Leonardo Costa de Almeida


Rubens José Borges